



Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região
Diretor: Des. Paulo Régis Machado Botelho
Coordenadora Pedagógica: Juíza Laura Anísia Moreira de Sousa Pinto

PROPOSTA DE CURSO

Curso: Acesso à Justiça, Processo Eletrônico e Inteligência Artificial

Nome Docente: Thereza Christina Nahas, Juíza do Trabalho do TRT2

Breve currículo: Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Derecho del Trabajo y Trabajo Social pela Universidade Castilla de La Mancha. Doutora em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e doutora em Derecho del Trabajo y Trabajo Social pela Universidade Castilla de La Mancha (2016). Pós-doutora pela Universidad Castilla la -Mancha (2014/2016). Especialista em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito de Lisboa. Atualmente é professora visitante da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Professora convidada da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná, professora doutora – convidada – Universidad de Castilla-La Mancha (2014/2017), professora titular da Universidade Paulista, professora doutora – convidada – COGEA- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Juíza do trabalho do TRT da 2ª Região. Membro efetivo da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, cadeira nº 43 e Diretora Cultural desta mesma Academia, Membro do Grupo de Estudos do CNJ-ODS-16.

Conteudista: Thereza Christina Nahas, Juíza do Trabalho do TRT2

Período: 23/02 a 23/04/26

Carga horária: 20 horas/aula

Público-alvo: Magistrados(as) e Servidores(as) do TRT7 da Justiça do Trabalho

Modalidade: Autoinstrucional

Local: Moodle

Vagas: 100

Eixo: Direito e Sociedade

Subeixo: Tecnologia

Área: Direito

Segmento: Direito do Trabalho

Inscrições: SISEJUD

Número de vagas: 100

Conteúdo programático:

MÓDULO 1 – Acesso à Justiça na Era Digital (5h)

Objetivos:

- Analisar o conceito contemporâneo de acesso à justiça.
- Relacionar ODS 16 (metas 3, 6 e 7).
- OIT e transformações do trabalho com o acesso ao Judiciário.
- Compreender como IA e PJe influenciam inclusão, desigualdade e cidadania digital.

Atividades:

Leituras (entre outros): Informe OIT sobre acesso à justiça e conflitos trabalhistas; Artigo do FMI: *New skills and AI are reshaping the future of work*; Críticas sobre precarização, requalificação e dependência tecnológica.

Vídeos:

- Acesso à justiça – https://youtu.be/j_9zP7YdZGg
- Inclusão digital – https://youtu.be/JN_pr3anNHI
- How AI is changing the job market – https://youtu.be/p_kF_SDB0-c

Avaliação final inerente ao módulo.

MÓDULO 2 – Fundamentos do Processo Eletrônico e Regulamentação Nacional (3h)

Objetivos

- Compreender a base normativa do processo eletrônico no Brasil.
- Analisar as normas publicadas pelo CNJ
- Avaliar desafios de interoperabilidade, segurança e inclusão.
- Lei 11.419/2006
- Resoluções do CNJ (Justiça 4.0).
- Comunicação eletrônica, prazos, assinatura digital, segurança da informação.
- Discutir impactos éticos e legais da automação no Judiciário.
- Analisar responsabilidade civil pelo uso abusivo da IA
- Transparência e IA.

Atividades

Leituras recomendadas (entre outras): Textos selecionados

Vídeos: 2026 – o ano em que a IA pode mudar tudo – <https://youtu.be/5Izihr4BCbo>

Avaliação final inerente ao módulo.

MÓDULO 3 – Inteligência Artificial no Direito do Trabalho (5h)

Objetivos:

- Explorar aplicações práticas da IA no Judiciário trabalhista.
- Compreender ferramentas de análise de jurisprudência e jurimetria
- Debater limites e riscos da automação judicial
- As audiências e sessões virtuais - vantagens e inquietações
- O processo eletrônico democratiza ou burocratiza?
- Pode um algoritmo sugerir sentenças?

Atividades

Leituras recomendadas (entre outras): Artigo do FMI sobre IA e novas habilidades.

Vídeos:

- Trabalhadores de dados – <https://youtu.be/hw7kVyxaPD0>
- Dilema ético da IA – <https://youtu.be/RTx4Jz8g0Os>

Avaliação final inerente ao módulo.

MÓDULO 4 – Princípios do Regulamento Europeu sobre IA (5h) – participação especial Professor Giuseppe Ludovico (Faculdade de Direito da Universidade de Milao)

Objetivos

- Lógica do Regulamento Europeu de IA (AI Act) e sua abordagem baseada em risco;
- Impactos reais da IA sobre emprego, produtividade e organização do trabalho;
- Riscos trabalhistas associados ao uso de IA, especialmente em recrutamento, gestão e avaliação de desempenho;
- Papel do diálogo social e da representação coletiva na governança da IA no trabalho

Atividades

Vídeos:

- IA e EU – <https://youtu.be/QcG6TFA6Ysg>
- 2026 – o ano em que a IA pode mudar tudo – <https://youtu.be/5Izih4BCbo>

Avaliação final inerente ao módulo.

Apresentação

O curso aborda a transformação digital do sistema de justiça, com foco no acesso à justiça, no processo judicial eletrônico, na inteligência artificial aplicada ao Direito e nos desafios éticos e regulatórios emergentes. A proposta integra fundamentos teóricos, análise crítica e atividades práticas com vídeos, textos e debates.

Objetivos Gerais e Específicos

Objetivos Gerais:

- Compreender o impacto da digitalização e da IA no sistema de justiça;
- Analisar fundamentos normativos do processo eletrônico no Brasil e com o caso paradigma da União Europeia.
- Avaliar riscos, limites e potencialidades da IA no Judiciário.
- Desenvolver visão crítica sobre ética, regulação e futuro do processo judicial.

Modalidade de Avaliação

- () Avaliação de aprendizagem SISEJUD
() Atividade somativa em sala de aula
(X) Atividade disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem

Responsabilidades discentes

- 1- Registrar frequência (a frequência será verificada pela presença integral nas aulas e realização das atividades pelo *Moodle*);
- 2 - Participar dos fóruns, ler o material disponibilizado, fazer as pesquisas e participar ativamente durante as aulas remotas ou presenciais;
- 3 - Apresentar ideias sobre a temática proposta, de acordo com a fundamentação teórica apresentada e de acordo com os critérios estabelecidos;
- 4 – Preencher o Registro Reflexivo no prazo definido pela EJUD7;
- 5 – Manter o respeito para com o corpo docente, entre seus pares e para com o corpo administrativo da EJUD7; realizar atividades exigidas como critério avaliativo e formativo e a participação nas atividades educacionais propostas pelos docentes e tutores, respeitando-se os prazos e os procedimentos.

Responsabilidades docentes

- 1 -Informar o aluno sobre a estrutura e o funcionamento do sistema, dos meios didáticos utilizados e sistema de avaliação, etc.
- 2-Atualizar e complementar materiais didáticos para o aprimoramento da aprendizagem do(a) aluno(a);
- 3-Orientar as atividades de forma clara, colocando-se à disposição para acompanhar as dúvidas apresentadas;
- 4-Gerenciar as relações entre os(as) participantes do curso, estimulando a cooperação, o desenvolvimento do pensamento crítico e a prática colaborativa;
- 5-Planejar atividades de aplicação do conteúdo

(X) Possuo ciência de que a presente proposta será avaliada pela Coordenação Pedagógica e Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da EJUD7. Caso aprovada a proposta, assumo o compromisso pela submissão de toda a documentação exigida pela EJUD7, em prazo hábil.

Fortaleza, 03 de fevereiro de 2026.

Thereza Christina Nahas
Juíza do Trabalho do TRT2

De acordo.
À Diretoria Geral.
Em: 03/02/2026

Paulo Régis Machado Botelho
Diretor da Escola Judicial do TRT da 7ª Região